

**CONTRIBUIÇÕES DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO
PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO**

Juliana de Souza Carvalho

Raphaela Bittencourt Meireles

Núbia Gonçalves da Paixão Eneterio

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Nota do Autor

Núbia Gonçalves da Paixão Eneterio, Juliana de Souza Carvalho, Raphaela Bittencourt
Meireles

UniEvangélica Centro Universitário de Anápolis, Anápolis-Go, Brasil

Resumo

Na inclusão social especificidades de cada pessoa podem e devem ser valorizadas possibilitando sua participação social efetiva. Critérios para inserção de pessoas em estratégia de inclusão preveem a necessidade de apresentar uma avaliação diagnóstica que comprove necessidades educacionais intelectuais ou necessidades físicas. Dada a atualidade de discussões sobre inclusão, o presente estudo, através de uma revisão bibliográfica, averigua a influência do diagnóstico psicológico para o indivíduo que necessita de estratégias e mecanismos de inclusão. Serão apresentados os aspectos teóricos relacionados ao diagnóstico psicológico, bem como os critérios utilizados para inserção da pessoa que necessita da inclusão. Por fim, serão correlacionados os aspectos da apresentação de um diagnóstico com a inserção da pessoa que necessita da inclusão no exercício da cidadania. Conclui-se, que a constatação de necessidades especiais, a partir de um diagnóstico psicológico, contribui tanto para descoberta das funções em limitação quanto para as potencialidades preservadas do indivíduo avaliado; sugerindo que esta avaliação pode contribuir com acessibilidade e incremento dos recursos e critérios para inserção de pessoas em estratégias de inclusão.

Palavras-Chave: diagnóstico psicológico, estratégias de inclusão, inclusão social, necessidades especiais

CONTRIBUIÇÕES DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO

Visando minimizar a discriminação para com portadores de necessidades especiais, a inclusão voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças, prevê que todo cidadão, sem exceção deve ter acesso aos diferentes níveis de inserção social garantido o direito básico do livre exercício da cidadania. Discutir sobre inclusão de pessoas com deficiência ou necessidades especiais torna-se importante na medida em que objetiva a construção de uma perspectiva social abrangente. Essa perspectiva prevê que todos, mesmo que haja diferenças de origem, raça, credo, orientação sexual, deficiência, entre outros, deverão ser respeitados e aceitos em suas singularidades.

Para que a sociedade veja a diversidade como algo que contribui para seu aprimoramento, como presa uma Constituição de Princípios, Diretrizes e Valores, o levantamento dessa temática se faz necessário a fim de que haja uma verdadeira mudança de paradigmas sociais que, ofertem oportunidades a qualquer cidadão de exercer seus direitos sem prerrogativas de discriminação. Para os devidos fins, a presente pesquisa tem caráter de revisão bibliográfica no que diz respeito a inclusão, diagnóstico psicológico e sua utilidade para inserção de indivíduos em diferentes âmbitos sociais, dedica-se também a discussão teórica acerca da aplicabilidade de diagnósticos de profissionais psicólogos para implementação de estratégias de inclusão.

De acordo com resoluções que estabelecem critérios para inserção de pessoas em estratégia de inclusão, é necessário que se apresente uma avaliação diagnóstica que comprove sua necessidade educacional intelectual ou necessidade física. No entanto, à exemplo, estudos apontam que por falta de uma avaliação diagnóstica, várias crianças não têm acesso ao processo de inclusão (Camargo, 2017). Vale ressaltar que a maioria das crianças que são menos capazes academicamente, por determinação de sua deficiência, são também aquelas que vivem nas áreas em desvantagens social e econômica; dificultando por vezes o acesso a uma avaliação diagnóstica (Mittler, 2003). Considerando que apresentar um diagnóstico ainda nos primeiros anos de vida deveria colaborar tanto na elaboração de possíveis estratégias de intervenção, como para inserção da pessoa em programas de inclusão, considera-se relevante investigar a seguinte questão: de que forma um diagnóstico psicológico colabora para inserção e acesso do indivíduo a recursos e estratégias de inclusão em diferentes cenários sociais?

À exemplo da temática sobre inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais. No entanto, a inclusão não se restringi ao processo de ensino e aprendizagem. Os princípios da necessidade e acesso fazem com que se pense a inclusão nos mais diferentes ambientes das relações sociais, como ambientes de tráfego urbano, ambientes culturais, serviços à saúde, lazer entre outros.

São considerados com direito de acesso ao sistema de inclusão aqueles que apresentarem alguma necessidade educacional, física ou intelectual, inata ou adquirida, permanente ou temporária, afirmada em uma avaliação diagnóstica devidamente elaborada pelos profissionais necessários. Esta avaliação contará com o trabalho de profissionais como psicólogo, neurologista, pedagogo, assistente social e fonoaudiólogo (Cunha e Colaboradores, 2000). Para que o psicólogo em especial possa conduzir um bom processo de avaliação é necessário saber para qual finalidade o documento foi solicitado, levantar dados sobre a história evolutiva do sujeito, planejar uma bateria que possibilite uma visão global do paciente tanto para responder à questão problema, quanto para apresentar indicadores prognósticos (Ocampo e Colaboradores, 2011).

Vale ressaltar a importância de basear uma avaliação com foco em integrar os resultados diagnósticos juntamente a estratégias de intervenção, e não rotular o indivíduo com um transtorno ou deficiência que explique organicamente o seu comportamento sem considerar aspectos psicossociais. Neste sentido, a produção de informes, laudos e diagnósticos de uma avaliação, precisa objetivar não apenas a incapacidade intelectual demonstrada pela pessoa a partir dos resultados dos instrumentos, mas também, apresentar o potencial que ela possui e por alguma circunstância não pode utilizar.

O presente estudo pretende averiguar a influência do diagnóstico psicológico para o indivíduo que necessita de estratégias e mecanismos de inclusão. Espera-se conhecer através dos métodos apresentados na seção seguinte, os aspectos teóricos relacionados ao diagnóstico psicológico na implementação da inclusão, bem como analisar os critérios utilizados para inserção da pessoa que necessita da estratégia inclusiva. Por fim, se correlacionarão os aspectos da apresentação de um diagnóstico com a inserção da pessoa que necessita da inclusão no pleno exercício da cidadania.

O segundo e terceiro capítulo precedidos por esta introdução, dedicam-se respectivamente, ao levantamento teórico com base em livros, artigos e teses ao que se refere

ao processo de avaliação psicológica diagnóstica de indivíduos que dela necessitam e, aos aspectos que constituem a inclusão em seus diferentes âmbitos. O terceiro capítulo, consiste em correlacionar os conceitos acima citados a partir de uma discussão com base nos dados teóricos ao que se refere a contribuição do diagnóstico precoce para inserção da pessoa no cenário da inclusão.

Em suma, pessoalmente para as autoras da pesquisa, por se tratar de um assunto frequentemente observado e problematizado nos campos de atuação de estágio curricular, esta investigação se reveste de importância na medida em que contribui para um olhar crítico e investigador das questões sociais voltadas para pessoas que necessitam de uma atenção especial, estando dentro da sociedade e não necessariamente segregadas em um espaço que as façam sentir-se diferentes. Com efeito, o resultado dos tópicos dessa pesquisa poderá contribuir com um apanhado de informações sobre o cenário da inclusão na atualidade, estimulando assim a criação de estratégias para possíveis melhorias. Espera-se ainda que este trabalho suscite futuras pesquisas no campo da saúde, educação, sociologia e na implementação de políticas públicas acerca dessa temática.

Metodologia da Pesquisa

A presente, pesquisa tem natureza básica de caráter exploratório a respeito de diagnósticos psicológico quanto a implementação de estratégias inclusivas, realizada qualitativamente através de revisão bibliográfica. De acordo com Gil (2008, p. 50-51), uma pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir do levantamento de materiais já elaborados, constituída principalmente de livros e artigos científicos. Ainda segundo este autor, a principal vantagem desse tipo de pesquisa consiste no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos consideravelmente ampla se comparada ao que poderia pesquisar de forma direta. O levantamento de bibliografias para elaboração desta pesquisa foi realizado através de livros, defesas de teses em mestrado e sites como Scielo, Pepsic e Google Acadêmico, com palavras chaves como: diagnóstico, avaliação psicológica, inclusão, inclusão social e deficiência.

1 Compreendendo Sobre Diagnóstico

Um diagnóstico consiste em conseguir uma compreensão descritiva, possuindo uma completude da personalidade do paciente e de seu grupo familiar. Trata-se de um processo onde se recebe o paciente de modo que o leve a apresentar seu sofrimento psíquico, e auxilia na investigação de suas demandas, levando em consideração tanto os resultados obtidos através

dos instrumentos, como também dados subjetivos e comportamentais, apresentando uma visão global da pessoa avaliada (Ocampo e Colaboradores, 2011). Esta avaliação pode ter também um caráter preventivo onde, a partir dos resultados precocemente identificados, buscam-se medidas de adaptação do sujeito frente a suas fraquezas e potencialidades. O indivíduo diagnosticado terá de ser tratado por uma equipe multidisciplinar e, em alguns casos, terá que frequentar uma escola especializada (Schwartzman e Lederman, 2017).

Quando se busca significados do termo diagnóstico, encontra-se nos variados dicionários da língua portuguesa definições que tem grande ligação com as práticas médicas, a qual é voltada para a investigação de uma determinada patologia, através de seus sinais, sintomas, evolução, origem e outras. As definições encontradas nos dicionários são: qualificação dada por um médico a uma enfermidade ou estado fisiológico com base nos sinais que observa (Michaels, 1998). Seria também uma etapa do procedimento médico em que o profissional procura a natureza e a causa de uma afecção (Houais e Villar, 2009). Considera ser ainda, o conhecimento ou determinação duma doença pelos sintomas, sinais, mediante diversos exames, radiológicos, laboratoriais, dentre outros (Ferreira, 1999).

Portanto, quando se busca sobre o termo diagnóstico em sua construção etimológica, entende-se que existe um termo mais ampliado. A palavra no grego “diagnóstikos”, possui significado de discernimento, faculdade do conhecer, de ver através de algo. Sendo assim, diagnóstico consiste em um estudo aprofundado que tem como objetivo adquirir conhecimento sobre determinado fenômeno ou realidade, por meio de um aglomerado de procedimentos teóricos, técnicos e metodológicos (Salles, 20014).

O diagnóstico tem relação com as dimensões de explicação, compreensão e previsão do comportamento de determinado fenômeno de forma sistematizada, na qual se faz fundamental para área da psicologia. As práticas de um diagnóstico e a avaliação psicológica tem sua importância na construção da identidade do profissional psicólogo, que utiliza da entrevista em conjunto com as observações clínicas, testes e técnicas psicológicas, atividades lúdicas e demais métodos investigatórios. A escolha das estratégias e dos instrumentos empregados é feita sempre de acordo com o referencial teórico, o objetivo e a finalidade de cada paciente, conforme cita Ocampo, (2005). Já Bleger (1993), diz que a originalidade e a singularidade humana não impedem o estabelecimento de regras gerais em que os fenômenos têm maior repercussão. Para esse autor, o individual não dará exclusão ao geral. Pode-se encontrar elementos semelhantes quando se trata de diagnóstico, tornando fácil a criação de categorias de análise sob procedimentos teóricos e metodológicos.

Quando se fala sobre aspectos teóricos e conceituais no diagnóstico, voltamos a importância de tais para a psicologia clínica, vendo inúmeras correntes teóricas existentes na qual, oferecem diversos métodos para a organização das práticas profissionais dos psicólogos. Pode-se falar sobre correntes influenciadoras no processo diagnóstico em Psicologia. A primeira seria a corrente teórica positivista, que traz as teorias de Estímulo- Resposta (S-R), e a outra é a Situação- Significado (S-S) (Ancona, 1984; Seminerio, 1997; Trinca, 1983). As práticas de avaliação psicológicas, discernido com os modelos médico e psicométrico, fazem parte da primeira etapa da atuação profissional do psicólogo, na qual costuma-se ter a utilização de testes psicológicos, a eficiência e a objetividade do diagnóstico como forma de garantir a cientificidade da psicologia (Trinca et al, 1984).

O discurso médico difundido pela mídia, tem levado a um crescente índice de encaminhamentos para avaliação diagnóstica por parte de educadores que, entendem que diagnósticos podem levar a um tratamento, na maioria das vezes medicamentoso, que inibirá os comportamentos indesejáveis apresentados pela criança (Guarido, 2007). Através da utilização desses recursos, meios e processos técnicos, objetiva-se localizar e avaliar supostas necessidades que se encontram em um aluno, constatando suas causas, possibilitando então, uma orientação e/ou intervenção apropriadas. Comumente crianças são encaminhadas pelas instituições de ensino para avaliação sem que se considere aspectos do desenvolvimento que geram alterações na adaptação da criança e, conseqüentemente em sua qualidade de aprendizagem e comportamento (Lima e Colaboradores, 2006).

A constatação de um diagnóstico é um tema bastante discutido quando o assunto é voltado para o âmbito escolar. Por exemplo, para que uma instituição de ensino receba o aluno portador de necessidades ou com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, é necessário requerer e apresentar uma avaliação diagnóstica circunstanciada que contenha os limites e potencialidades desse aluno no contexto de ensino e aprendizagem (Diário Oficial da Prefeitura de Anápolis, 2014). Após receberem o informe diagnóstico, torna-se importante que os professores conheçam o prognóstico do aluno com necessidades, entrevistem pais ou responsáveis para conhecer o histórico de vida a fim de traçar estratégias conjuntas de estimulação família-escola, peçam orientações e procurem profissionais psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, pesquisem várias técnicas, métodos e estratégias de ensino (Cazzaniga, 2000).

A produção de diagnósticos, laudos ou informes psicológicos requer, antes de tudo, um vasto conhecimento por parte do profissional sobre teorias e técnicas que embasam a elaboração de documentos dessa natureza, principalmente quanto a sua aplicação em crianças. O

desenvolvimento como resultado de interações complexas entre a criança e pessoas de seu convívio, em um ambiente estimulador, não se trata de um processo considerado como linear, mas como tendo seu limite (a priori) desconhecido e seu resultado imprevisível (Roriz et al, 2015). Esses autores evidenciaram em sua pesquisa que testes realizados possuem o risco de se tornarem uma “profecia”, e que rótulos podem influenciar nos desempenhos das crianças. No entanto, o rótulo (diagnóstico), por um lado possibilita identificar causas, limites e possibilidades e intervenções necessárias. Simultânea e paradoxalmente, porém, contribui, muitas vezes mais para a exclusão, já que o foco fica centrado na deficiência. Neste sentido, explicações sobre a aplicabilidade de diagnósticos para fins prognósticos ou de elaboração de estratégias interventivas se fazem necessárias, como mostra o capítulo a seguir.

2. Concepções Sobre Inclusão

Debates sobre inclusão social são de grande relevância para sociedade, por estarmos vivendo uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa, a despeito de suas características (de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas), têm emergido como uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária (Roriz et al, 2015). A discussão deste capítulo se faz necessária a fim de se elaborar uma diferenciação dos conceitos de inclusão social, educação inclusiva e educação especial. Isto porquê frequentemente esses conceitos podem ser demasiadamente confundidos, mal compreendidos e mal-empregados.

De antemão, a educação especial tem como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. É um modelo de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de aprendizagem de turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008, p.7). A partir desta perspectiva renovada sobre educação especial se postulou a Política de Educação Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva, que nos traz novos subsídios sobre a educação inclusiva. Esta por sua vez, é o processo social, pedagógico, cultural, filosófico, estético e político de ações educativas, pedagógicas e administrativas voltadas para inclusão, o acesso, a permanência, o sucesso e a terminalidade de todos os alunos a gamas educacionais e sociais oferecidas pela escola, especialmente aqueles com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento (MEC/SECADI, 2008).

Sendo assim, enquanto a educação especial está voltada ao atendimento educacional especializado àqueles alunos que necessitam, a educação inclusiva prima pelo acesso de todo e

qualquer cidadão (com deficiência ou não) ao ensino regular de qualidade, valorizando a diversidade e proporcionando aprendizagem efetiva independente de quaisquer necessidades. Levando em conta os conceitos acima citados, para as escolas, considera-se fundamental realizar alterações no planejamento curricular para os alunos com necessidades especiais, a fim de fomentar a participação dos mesmos no processo de ensino. No entanto, segundo Pacheco (2007), este fundamento varia a partir do avanço das discussões sobre esta temática. A escola faz parte de um todo maior dentro da sociedade sendo peça inicial para formação de um indivíduo. Assim, ao invés de separar, pode colaborar para com a interação social de seus alunos deficientes em atividades regulares com os demais alunos, encorajando a aproximação e comunicação positiva em suas atividades dentro e fora de sala de aula. Para ilustrar essa ideia o mesmo autor traz em sua pesquisa que, na Escola da Ponte ao norte da cidade do Porto em Portugal, desde 1976, o sistema de ensino e aprendizagem é centrado em pequenos grupos seguindo o ritmo de cada aluno. Não há métodos diferentes para crianças consideradas deficientes ou especiais, mas há a compreensão de que cada aluno possui características que precisam ser consideradas levando à adaptação de materiais e espaços (Pacheco, 2007).

Pelo dicionário Aurélio, inclusão refere-se a palavra incluir, abranger, inserir, estar incluído ou compreendido, “fazer parte de”. Associada ao adjetivo “social” (relativo a sociedade), significa processos que levariam pessoas ou grupos postos ou deixados ao largo de dinâmicas societárias, a serem incluídos em tais dinâmicas (Guerra, 2010). Segundo Camargo (2017), inclusão trata-se de um paradigma aplicado aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Nos grupos sociais, pela perspectiva inclusiva, as especificidades de cada pessoa podem e devem ser valorizadas possibilitando sua participação social efetiva, atribuindo ao indivíduo um caráter ativo nos grupos em que está inserido, respondendo às mudanças e agindo sobre elas. Isto por sua vez, favorece a identidade, diferença e diversidade, características estas sendo vistas como facilitadoras de relações solidárias e colaborativas. Quando levada em consideração essa premissa, a inclusão pode ser aplicada a qualquer ambiente ou situação social em que a pessoa que dela necessita esteja, seja na escola, no trabalho, em ambientes de lazer e culturais ou na mobilidade urbana. Ideias como essa estimulam a mudança da ideia de “defeito” para um modelo ideal de sociedade (Mittler, 2003).

Na prática, as ações de inclusão, sejam elas escolares ou sociais, estão interligadas pela história de seu desenvolvimento. Movimentos nacionais e internacionais vêm buscando o consenso para formatação de uma política abrangente tanto de inclusão quanto de educação inclusiva. Prova disso foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com cerca de 90 países em assembleia geral na cidade de Salamanca, na Espanha em junho de 1994,

resultando na Declaração de Salamanca (Maciel, 2000). Tal documento traz importantes considerações e reflexões sobre a realidade discriminatória com que por vezes, a sociedade trata pessoas com alguma diferença ou necessidade especial. À exemplo disso estão o respeito e valorização das diferenças, direito fundamental a oportunidades igualitárias em diferentes áreas sociais. Se faz relevante considerar as discussões sobre inclusão que começaram a partir de movimentos de pessoas com deficiência a procura de direitos e oportunidades iguais aos dos demais cidadãos. Tendo como exemplo, em Lesoto na África do Sul, movimentos de portadores de deficiência juntamente com associações de mães, fizeram pressão sobre seu governo para criação de programas de inclusão na educação (Mittler, 2005).

Essa questão tem sido colocada em discussões em diferentes campos do saber e no espaço político-jurídico nos últimos cinquenta ou sessenta anos. Um importante marco para mudança mais ampla se deu com o estabelecimento da concepção de “sociedade inclusiva”, firmada em 1990, pela Resolução 45/91, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (Roriz et al, 2015). Para o Reino Unido, a luta para se formalizar a legislação antidiscriminatória foi duradoura e dispendiosa. Apenas após sucessivas trocas de governos que em 1995, o Ato de Discriminação da Deficiência teve sua aprovação; cinco anos depois com o partido dos trabalhadores, se estabeleceu nessa nação a Comissão dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Mittler, 2005). Com a visibilidade da aprovação de tais medidas pelo Reino Unido, a ONU (Organização das Nações Unidas), se mobilizou em declarações e convenções se comprometendo ao monitoramento internacional acerca da inclusão de portadores de deficiência. Se tornando pauta mundial a partir da ONU, em 1993, a inclusão ganha um novo capítulo. Legisladores e organizações de pessoas com deficiência desenvolveram junto a ONU um conjunto de padrões e indicadores de qualidade que abrangeram necessidades quanto à educação, acessibilidade, emprego, pensão e seguridade social, vida em família e integridade pessoal, cultura, recreação, esporte, religião, oportunidades, monitoramento e implementação de tais normas. Apesar do grande impacto na conscientização sobre os governos a respeito da inclusão, publicações oficiais de documentos que evidenciem a cooperação das Normas-Padrão como regra mundial ainda são poucos.

Na Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), expressa bem a ideia de inclusão para todos a partir do conceito de Desenho Universal que busca a partir da arquitetura, tornar ambientes acessíveis a população com deficiência ou não. Este conceito foi apresentado pelo arquiteto americano Edward Steinfeld pela primeira vez no Brasil em um seminário de acessibilidade ao meio físico no ano de 1994. O Desenho Universal (Governo do Estado de São Paulo, 2010; Story, Mueller, & Mace, 1998) consiste em projetar materiais,

edificações, ambientes acessíveis a maioria das pessoas independente de sua deficiência, procurando assim excluir a necessidade de adaptação ou projetos específicos para necessidades especiais, buscando atender às variações físicas possibilitando acessibilidade (Como citado em Oliveira et al, 2013, p. 422). A proposição de que a sociedade e suas instituições por vezes opressivas, discriminadoras e incapacitantes precisam de transformações para remoção de obstáculos estruturais à participação das pessoas portadoras de deficiência na vida em sociedade, criam e mantêm a exclusão (Campbell e Oliveira, 1996; citado em Mittler, 2003).

Ora, as organizações, instituições e estruturas sociais não funcionam de maneira isolada, são constituídas e mantidas por pessoas da sociedade. As crenças e valores pertencentes a essas estruturas são reflexo das pessoas e sociedade em que elas funcionam. Para além das necessidades especiais de pessoas com deficiência, a inclusão necessita ser pensada como uma atitude social de cidadania no que diz respeito a forma do exercício de direitos e da igualdade a todos, independentemente de necessidades especiais.

Cada deficiência ou necessidade especial suscita um tipo de comportamento, reação, por vezes preconceito e inquietações. A falta de informação da sociedade em geral, faz com que a deficiência seja vista como doença contagiosa, crônica, um peso ou problema. Esse estigma consideravelmente requer um olhar crítico, uma vez que transforma as pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial em indivíduos socialmente incapazes, dependentes, afastados do mercado de trabalho e deixados em segundo lugar nas ordens sociais (Maciel, 2000). É necessário muito esforço para superar este estigma, considerando que, por vezes, o potencial e habilidade dessas pessoas são desacreditados em detrimento de suas limitações. De início, nota-se que na esfera do governo no que diz respeito a decretos, programas e leis, o que se observa são propostas com pouca integração de objetivos e metas e discursos graciosos que na prática pouco se vê.

No plano diagnóstico profissionais da saúde anunciam os aspectos limitantes da doença com base em suas avaliações, o que é coerente se não estivesse limitado a isso. Por vezes as potencialidades preservadas, as possibilidades de desenvolvimento, os programas de estimulação precoce são raramente esclarecidos e informados aos familiares de portadores de deficiência (Ocampo et al, 2011). Seguindo essa desinformação os cuidadores acabam por não conhecer os caminhos da inclusão, limitando seus cuidados para com o portador de necessidades especiais, sem proporcionar a integração social de seus filhos junto à comunidade. Assim se compreende que o processo de inclusão inicia no ambiente familiar em decorrência de um ciclo coletivo. Cabe lembrar que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas portadoras de deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas.

A partir desse paradigma, a Tecnologia Assistiva (TA) se torna aliada para a mobilidade, processo de ensino e aprendizagem, atividades laborais e cotidianas, bem como na interação do sujeito com o mundo. Apesar de não se limitar a pessoas com necessidades especiais ou algum tipo de deficiência, a TA pode proporcionar acessibilidade diante de suas possíveis limitações. O Comitê de Ajudas Técnicas, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), aprovou a adoção da seguinte formulação para o conceito de TA: área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada a atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2007). Para a estimulação da pessoa com deficiência, a tecnologia assistiva é fundamental, pois a velocidade da renovação do saber e as formas interativas da tecnologia trazem uma nova expectativa para essa clientela. É necessário, portanto, criar serviços e propostas educativas abertas e flexíveis que atendam às necessidades de mudanças.

No Brasil, as pessoas com deficiência representam o percentual de 24% da população nacional, segundo os dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012, p. 114). Vale ressaltar que uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas portadoras de deficiência. A inclusão social pode ser considerada uma medida de ordem econômica, uma vez que o portador de deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais (Maciel, 2000). Pelo atendimento e valorização das diversidades que se encontra a democracia.

Aspectos Teóricos Correlacionais: Apresentação de um Diagnóstico para Efetividade da Inclusão no Exercício da Cidadania

No que se refere a conceituação de diagnóstico para a ciência médica, os autores Michaels (1998) e Ferreira (1999), apontam em concordância que este processo se refere a investigação e qualificação de uma patologia através da avaliação de seu conjunto de sinais e sintomas. Para Houais e Villar (2009), trata-se ainda de conhecer a etiologia e etimologia de uma doença afim de traçar a melhor estratégia de tratamento.

Na área da psicologia, foco dessa pesquisa, a avaliação diagnóstica possui definições e objetivos mais aprofundados. Ocampo e Colaboradores (2011), no livro Psicodiagnóstico – V, explicam que para além de diagnosticar a patologia, o diagnóstico em sua completude também possui caráter preventivo. Para esses autores, a avaliação psicológica diagnóstica adaptada a

cada sujeito, procura investigar de forma ampla a personalidade, o sofrimento psíquico e aspectos comportamentais, buscando para além da doença, as potencialidades da pessoa avaliada e possíveis estratégias prognósticas de intervenção. Schwartzman e Lederman (2017), se atentam ainda para o processo posterior ao diagnóstico, e sugerem a necessidade do tratamento do indivíduo diagnosticado por uma equipe multidisciplinar.

Contradizendo a ideia de Ocampo e Colaboradores sobre uma avaliação particularizada a cada indivíduo, Bleger (1993), aponta que a originalidade e a singularidade humana não impedem o estabelecimento de regras gerais para investigação diagnóstica. Ou seja, para este autor, é possível encontrar elementos semelhantes entre indivíduos avaliados quando se trata de diagnóstico, tornando fácil a criação de categorias de análise em comum sob procedimentos teóricos e metodológicos que abrangem um maior grupo de pessoas a ser avaliada. Sendo assim, sugere-se que o diagnóstico tem como função delinear as intervenções terapêuticas as quais permitirão uma melhor compreensão do problema avaliado. Roriz et al (2015), chamam atenção para a negativa rotulação que pessoas diagnosticadas recebem socialmente. Na medida em que uma avaliação possibilita identificação e intervenções precoces, também pode colaborar para manutenção da exclusão da pessoa com deficiência ou necessidades especiais por conta de tal rotulação. Com essa constatação, atinge-se primeiro objetivo específico desta investigação, qual seja, o de conhecer os aspectos teóricos relacionados ao diagnóstico psicológico na implementação da inclusão.

Quanto a utilização e finalidade de diagnósticos médico e psicológico na área da educação (porta de entrada do indivíduo em estratégias de inclusão social), Guarido (2007) chama atenção para o alto índice de encaminhamentos de crianças feitos por seus educadores. Segundo o autor, este dado revela que os educadores procuram a constatação diagnóstica de uma patologia em busca de intervenção medicamentosa em detrimento da busca de estratégias e manejo de enfrentamento da situação. Lima e colaboradores (2006), corroboram com esta concepção na medida em que evidenciam que os encaminhamentos de crianças são feitos com foco para fim medicamentoso, sem considerar as características que constituem a criança como um todo.

O diagnóstico se faz necessário no âmbito escolar pois a partir dele, a criança terá seu direito a inserção na educação regular, como aponta a o Diário Oficial da Prefeitura de Anápolis (2014) ao dispor sobre o que é necessário para que alunos com deficiência ou altas habilidades ingressem em instituições de ensino. Cazzaniga (2000), ressalta que o diagnóstico por si só não auxiliará quanto as necessidades da criança avaliada. Este autor entende como imprescindível que os educadores e escolas se responsabilizem por conhecerem os aspectos históricos

familiares de seus alunos e busquem estratégias de ensino e aprendizagem que possam ser efetivadas conjuntamente com a família da criança, bem como que busquem o apoio de outras especialidades profissionais para atender as necessidades.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, enquanto a educação especial está voltada ao atendimento educacional especializado àqueles alunos que necessitam, a educação inclusiva prima pelo acesso de todo e qualquer cidadão (com deficiência ou não) ao ensino regular de qualidade valorizando a diversidade e proporcionando aprendizagem efetiva independente de quaisquer necessidades. No entanto segundo Pacheco (2007), a escola faz parte de um todo maior dentro da sociedade como parte inicial para formação de um indivíduo e sua inclusão nos demais contextos sociais, incitando a aproximação e comunicação entre os alunos dentro e fora de sala de aula. Na inclusão, que é um movimento mundial baseado nos princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, tem-se como objetivo principal a eliminação de quaisquer discriminação e exclusão, garantindo o direito de igualdade de oportunidades, proporcionando a participação de todos os indivíduos, especialmente os que são vulneráveis à marginalização e a exclusão. A partir dessa verificação, obtêm-se o segundo objetivo específico desse estudo, tal como analisar os critérios utilizados para inserção da pessoa que necessita de estratégia inclusiva.

A perspectiva da inclusão social entendida como processos que levariam pessoas ou grupos opostos, discriminados por suas diferenças e deficiências, a serem incluídos em dinâmicas societárias e diversos espaços físicos, bem como valorizar as especificidades garantindo a identidade e participação desses indivíduos em ações colaborativas enquanto cidadão, são ideias persistentes nos escritos de Camargo (2017) e Guerra (2010). Para Mitller (2003), a inclusão pode ser aplicada a qualquer ambiente ou situação social em que a pessoa que dela necessita esteja inserida. A Declaração de Salamanca de 1994, como expões o autor Maciel (2000), também corrobora com esse ponto de vista ao trazer considerações e reflexões sobre a realidade discriminatória que pessoas com necessidades especiais vivenciam; para isso o respeito e valorização das diferenças, direito fundamental a oportunidades igualitárias em diferentes áreas sociais são suscitados no documento.

Na Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), a partir do conceito de Desenho Universal, a inclusão social busca também a partir de projetos e edificações da arquitetura, tornar ambientes acessíveis a maioria população com ou sem deficiência, excluindo a necessidade de adaptação. Essa premissa é compreendida quando Mitller (2003), traz a concepção de Campbell e Oliveira (1996) de que quando instituições ou organizações sociais precisam de transformações para remoção de obstáculos estruturais, as

ideias de discriminação ainda estão mantidas. Uma vez que as instituições e organizações são um recorte da sociedade em que se inserem, os valores e crenças que nelas existem são reflexo de como as relações são perpetuadas em um todo social maior, assim como entendido por Pacheco (2007) citado mais acima.

Maciel (2000), ressalta que os estigmas socialmente colocados à portadores de necessidades especiais, coloca essas pessoas como socialmente incapazes, dependentes, afastados do mercado de trabalho e deixados em segundo plano nas ordens sociais. O autor Ocampo (2011), aponta que diagnósticos de profissionais da saúde expõe limitações do indivíduo perante a doença. Chama atenção ainda para a desinformação sobre possibilidades de intervenção positiva com que os familiares de portadores de necessidades especiais poderiam lidar após receber o diagnóstico, podendo repetir ações anti inclusivas ainda no ambiente primário de interação social do indivíduo (a família).

Sendo assim, o diagnóstico terá como função delinear as intervenções terapêuticas as quais permitirão uma melhor compreensão do problema avaliado, bem como contribui para que manejos e questionamentos sobre a inserção de pessoas com necessidades especiais na inclusão, sejam de fato eficazes. Como consequência da exposição enunciada, chega-se ao terceiro objetivo específico que propunha esse trabalho, tal e qual correlacionar os aspectos da apresentação do diagnóstico no que concerne a inserção da pessoa que necessita da inclusão no pleno exercício da cidadania.

Considerações Finais

O presente trabalho abordou através de uma revisão bibliográfica, conceitos teóricos de diferentes autores a respeito de diagnóstico, mais precisamente sobre diagnóstico psicológico, a importância de sua aplicação, da verificação da demanda de avaliação que por vezes é feita pelas escolas quando se trata de criança, da escolha de instrumentos adequados para tal, seus objetivos e propósitos de utilidade. Discorreu também sobre a definição de inclusão social a partir da explanação de vários autores, normativas e resoluções com relação ao tema. Apresentou com base na história, o desenvolvimento de discussões sociais e políticas que culminaram na evolução de projetos e implantação de meios para efetivação da inclusão social.

De forma a correlacionar os conceitos acima citados, este trabalho ainda tratou teoricamente acerca das contribuições que o diagnóstico psicológico pode trazer para indivíduos com deficiência ou necessidades especiais a partir da inserção na inclusão social às pessoas que dela necessitam, bem como discorreu sobre as implementações das estratégias de inclusão que o diagnóstico psicológico pode trazer.

Após o desenvolvimento das explanações teóricas conhecendo ao que tange o processo diagnóstico psicológico, entende-se que este instrumento a partir de seus resultados, contribui para que se conheça as limitações que indivíduos acometidos por alguma deficiência possam apresentar. Para além disso, o diagnóstico psicológico também auxilia ao trazer as potencialidades preservadas do indivíduo avaliado, que podem tanto suprir suas limitações, quanto favorecê-lo em seu tratamento.

No que concerne aos critérios utilizados para inserção da pessoa que necessita dos recursos da inclusão, compreende-se que tais critérios são melhores delineados quando se trata da inclusão no processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, o diagnóstico psicológico não somente é eficaz como estritamente necessário para que a criança em especial, tenha seus direitos e necessidades atendidos junto à escola regular. Quando se fala de incluir o sujeito com necessidades em diferentes contextos sociais, fica expressa a necessidade de se rever paradigmas e conceitos pré-estabelecidos da sociedade, com relação as pessoas diagnosticadas com necessidades especiais. A concepção limitante e incapacitante na qual essas pessoas são vistas socialmente, sustentam o encadeamento da exclusão e impedem que estratégias e mecanismos de incluí-las sejam pensados de maneira consciente.

Logo, após serem apresentadas tais considerações, ao trazer possibilidades mesmo diante da deficiência, o diagnóstico subsidia a necessidade de reconsiderar sobre os mecanismos utilizados para inclusão social de pessoas com limitações que, necessitam e têm direito a essa estratégia. Em ambientes de ensino e aprendizagem, o diagnóstico psicológico considera a participação da família, escola e profissionais da área de fisioterapia, neurologia e fonoaudiologia para se traçar o melhor plano de tratamento e desenvolvimento para a pessoa avaliada. Ademais, para além do ambiente escolar as contribuições do diagnóstico psicológico para com a inclusão tornam-se relevantes por um lado, mas por outro, requer extremo cuidado com intuito de evitar rotular e restringir o avaliado a suas limitações perante a deficiência. A prerrogativa de que um diagnóstico psicológico será a salvaguarda de uma pessoa precisa ser criteriosamente revisada pois, após a entrega do informe psicológico, não há garantias de que o sujeito será assistido quanto as suas necessidades.

Com efeito, a partir da produção da presente pesquisa, considera-se que a constatação de necessidades especiais a partir de um diagnóstico psicológico contribui tanto para descoberta das funções em limitação quanto para as potencialidades preservadas do indivíduo avaliado. Sugere-se que está avaliação poderá contribuir com acessibilidade e incrementarão dos recursos e critérios para inserção da pessoa em estratégias de inclusão. Sendo assim, considera-se atingido o objetivo geral deste estudo, o qual averiguou de que maneira apresentar um

diagnóstico psicológico colabora para inserção da pessoa que necessita de estratégias e mecanismos de inclusão em diferentes contextos.

Esta produção se torna relevante por suscitar e tratar de um assunto atualmente problematizado em vários contextos. Acredita-se que, a partir dos resultados explanados pelo presente estudo, se provoque a necessidade de um olhar crítico e investigador das questões sociais. Sobretudo, voltada para aqueles que necessitam de uma atenção especial estando dentro da sociedade e não necessariamente, segregadas em um espaço que as façam sentir-se diferentes. Ao que se refere a discussões sobre subsídios de outras especialidades como as ciências sociais e da saúde para a inclusão social, o presente trabalho, se ateve a levantar apenas as contribuições que remetem a atuação profissional do psicólogo em sua atividade de avaliação e diagnóstico. Por esse motivo, estima-se que para além do que foi apresentado, este trabalho possa desencadear a produção de novas pesquisas que contribuam tanto para com as possibilidades de acesso, quanto para a busca de inovação e mudanças de paradigmas ao que se refere a inclusão social.

É fundamental ver a inclusão pela perspectiva da oportunidade em permitir que pessoas se mostrem capazes de realizar mais do que acreditam, de mostrarem que são assim como outros indivíduos apesar de suas especificidades, desde que recebam as possibilidades de serem incluídas como tal. De fato, há muito a ser feito, para mudança e um novo olhar perante a essas pessoas que necessitam de auxílio, tornando-os ativos e contribuintes na sociedade.

Referências

- Araújo, M., F., (2007). Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. *Psicologia: teoria e prática*, 9(2), 126-141. Recuperado em 03 de outubro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872007000200008&lng=pt&tlng=pt
- Ancona L., M., (1984). *Contexto geral do diagnóstico psicológico*. São Paulo: EPU
<https://www.passeidireto.com/arquivo/47448790/o-contexto-geral-do-psicodiagnostico>
- Bleger, J.A (1964) A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação. São Paulo: Martins Fontes (p.9-41).
- Brasil, (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Versão online: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>
- Brasil, (2007). Comitê de Ajudas Técnicas – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEGH/PR). Acesso em 10 de set. de 2019. <http://www.comunicacaoalternativa.com.br/artigos-cientificos>
- Camargo, E., P., (2017). Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação (Bauru)*, 23(1), 1-6. <https://dx.doi.org/10.1590/1516-7313201700100011>
- Cunha, J., A., & Colaboradores (2000). *Psicodiagnóstico V* (ed. 5). Artmed Editora S.A: Porto Alegre.
- Ferreira, A., B., H., (1999) Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa.3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (p.675).
- Gil, A. C., (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (ed. 6). Editora Atlas S.A: São Paulo. Recuperado em: [file:///C:/Users/acer/Desktop/Juliana/Psy/4P%202016-2/Pesquisa%20em%20PSi/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/acer/Desktop/Juliana/Psy/4P%202016-2/Pesquisa%20em%20PSi/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social%20(1).pdf)
- Guarido, R., (2007). A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. Universidade de São Paulo: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a10v33n1.pdf>
- Guerra, E.C.; Magalhães, R., C., B., P., Inclusão social. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM <http://www.gestrado.net.br/pdf/50.pdf>
- IBGE, (2012). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Censo 2010: *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Ministério do Planejamento, Rio

- de Janeiro: Acesso em 10 de set. 2019. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: 16 jan. 2017. http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf
- Maciel, M. R. C., (2000). *Portadores de deficiência: a questão da inclusão social*. São Paulo em Perspectiva, 14(2), 51-56. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-883920000002000088>
- Mittler, P.; Ferreira, W. B., (2003). *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Artmed, Porto Alegre.
- Michaelis, (1998). *Michaelis: Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos (p.715)
- Oliveira, C. M.; Nuernberg, A. H.; & Nunes, C. H. S. S. (2013). Desenho universal e avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 421-428. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300017&lng=pt&tlng=pt
- Ocampo, M., L., S., Arzeno, M., E., G., & Picollo, E., G., (2011). *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas* (ed. 11). WMF Martins Fontes Ltd, São Paulo.
- Pacheco, J.; Eggertsdóttir, R.; Marinósson, G. L. (2007). *Caminhos para inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Artmed, Porto Alegre.
- Roriz, T., M., S., Amorim, K., S., Rossetti, F., Maria, C., (2015). *Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas*. *Psicologia USP*, 16(3), 167-194. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851772005000300009&lng=pt&tlng=pt
- Salles, R. J (2014). *O Psicodiagnóstico Interventivo Psicanalítico com idosos deprimidos na prática clínica social*. Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-13102014-111318/pt-br.php>
- Schwartzman, J., S., Gerber, V., R., (2017). Deficiência intelectual: causas e importância do diagnóstico e intervenção precoces. *Revista IBICT v. 10*, pg 17-27. <file:///C:/Users/acer/Downloads/4028-11668-1-PB.pdf>
- Trinca, W., (1984). *Diagnóstico Psicológico: Referências teóricas do processo diagnóstico de tipo compreensivo*. São Paulo EPU.